

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	5
RESUMO	7
ABSTRACT	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – MERCADO INTERNO DE CRÉDITO	17
Surgimento do mercado interno: apresentação e enquadramento	17
Necessidade de regularização do mercado de crédito europeu	18
Legislação específica para o crédito ao consumo	19
Diretiva 87/102/CEE	19
Diretiva 2008/48/CE	22
Diretiva 2225/2023	35
Alargamento do âmbito de aplicação	36
Adaptação das regras sobre publicidade e informação	38
Proteção mais efetiva do consumidor	41
Medidas relativas à usura	42
Densificação das regras de conduta para conceder crédito, bem como das medidas razoáveis	44
Análise da solvabilidade	46

CAPÍTULO II – REGRAS APLICÁVEIS ÀS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	47
Base Legal	47
Primeira Diretiva Bancária	47
Segunda Diretiva Bancária	50
Orientações da Autoridade Bancária Europeia	53
Princípios e deveres gerais bancários	53
Atividade bancária geral	54
Deveres de conduta profissional	55
Deveres prudenciais: diretiva e regulamento	57
Deveres específicos	59
Dever de informação	60
Dever de análise da solvabilidade	66
Supervisão	77
 CAPÍTULO III – ATUAÇÃO CORRENTE DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	 83
Prática efetiva das instituições de crédito em Portugal	83
Publicidade	84
Crédito ao consumo	85
Comercialização digital	86
PARI	88
PERSI	92
Reclamações dos consumidores	93
Conclusões relativas à análise dos relatórios	94
Prática efetiva em outros Estados-Membros: problema tipicamente português?	99
Informações pré-contratuais	101
Adequação dos produtos de crédito	104
Publicidade	106
Análise da solvabilidade	107
Instituições financeiras bancárias e não bancárias	109
Mercado físico e digital	110
 CAPÍTULO IV – SANÇÕES APLICÁVEIS AO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	 113
Sanções aplicáveis nos diversos Estados-Membros	113
Sanção em Portugal	116

Entendimento do Tribunal de Justiça da União Europeia	118
Acórdão Ultimo Portfolio Investment (Luxembourg) SA contra KM	119
Acórdão LCL Le Crédit Lyonnais SA	121
Acórdão CA Consumer Finance SA	123
Acórdão Horyzont Niestandaryzowany Sekurytyzacyjny Fundusz Inwestycyjny Zamknięty	125
Acórdão Nárokuj s.r.o. contra EC Financial Services	127
Acórdão OPR-Finance	129
Conclusões	134
 CAPÍTULO V – SOBRE-ENDIVIDAMENTO E INSOLVÊNCIA PESSOAL	137
Sobre-endividamento	137
Impulsionadores do sobre-endividamento	142
Influência da literacia financeira no sobre-endividamento	143
Insolvência pessoal	149
 CONCLUSÃO	159
 REFERÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS	163
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165
 FONTES INSTITUCIONAIS	169

